

Sob os escombros de Gaza

Under the Rubble of Gaza

Sous les Décombres de Gaza

*Jamil Chade**

Sob os escombros em Gaza, não estão apenas vítimas inocentes, sonhos e o futuro. A guerra também abalou de forma significativa - e talvez decisiva - a credibilidade do sistema das Nações Unidas. Se a governança global já vivia uma profunda incerteza nos últimos anos e se o veto russo durante os debates sobre a invasão sobre o território ucraniano havia colocado um ponto de interrogação sobre a instituição, a crise eclodiu de uma forma escancarada diante da incapacidade de a ONU dar uma resposta ou frear as mortes de crianças e a fome entre civis palestinos.

Soterrada, a organização passou a ser tomada por apelos de sua própria liderança para que uma reforma seja implementada na esperança de salvá-la.



Criada em 1945, a ONU mantém sua estrutura de poder praticamente intacta desde o final da Segunda Guerra Mundial. De fato, a própria obra do prédio da sede da ONU, em Nova York, antecipou o debate da transformação do mundo.

Naquele ano, quando os arquitetos se reuniram para inventar o que seria uma espécie de Parlamento do mundo, a pergunta que eles fizeram foi tão simples quanto desconcertante. Afinal,

* Jornalista e escritor. Depois de 24 anos em Genebra, ele hoje publica a partir de Nova York. É conselheiro do Instituto Vladimir Herzog, embaixador do Instituto Adus e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP no núcleo de “Direitos Humanos, Democracia e Memória”.

E-mail: jamilchade@hotmail.com

para quantos países precisam desenhar a Assembleia Geral? Naquele momento, existiam 51 países no mundo.

A pergunta chegou até o Departamento Legal da ONU que, depois de profundas avaliações, recomendou que a sala fosse construída para receber 75 delegações. Ninguém, naquele momento, imaginou a dimensão do processo de descolonização e nem de perda de poder dos antigos mestres do mundo. Hoje, são 193 países, e com um eixo profundamente alterado de centros gravitacionais da diplomacia.

E, ainda assim, a estrutura da ONU continua intacta, como se tivesse sido feita para ser gravada em mármore. O resultado dessa incapacidade de mudança, no entanto, tem sido um crescente questionamento sobre a legitimidade da instituição e sua habilidade em dar respostas aos desafios do século 21.

Se Gaza passou a ser um ponto de inflexão, o mal-estar nos corredores da entidade não era exatamente uma novidade. Atolada por demandas dos quatro cantos do mundo e incapaz de encontrar novas formas de arrecadação, a ONU foi esvaziada financeiramente, atravessou 2023 com sérios problemas de caixa e começou 2024 com uma severa crise de liquidez.

Sem saber se poderia contar com recursos das potências e dos principais doadores, a ONU congelou contratações, fechou seus escritórios e pediu que os diversos departamentos apertassem os cintos, com cortes de gastos para diferentes programas.

Numa carta interna enviada a todos os departamentos da organização no primeiro bimestre de 2024, a cúpula da ONU deixou claro que a situação não era confortável.

“Apesar da menor arrecadação de contribuições nos últimos cinco anos, conseguimos garantir o pagamento ininterrupto dos salários dos funcionários e das faturas dos fornecedores. Nesse processo, no entanto, é provável que terminemos o ano com nossas reservas de liquidez do orçamento ordinário em grande parte esgotadas”, alertou Chandramouli Ramanathan, controlador e secretário-geral adjunto da ONU para Planejamento, Finanças e Orçamento de Programas.

”Começaremos o ano (2024) com um déficit de caixa significativo que terá corroído a maior parte de nossas reservas de liquidez do orçamento regular”, alertou. O documento ainda tinha como objetivo aconselhar os chefes de seções e programas para “exercer a máxima moderação na utilização dos fundos”.

Aquela, porém, havia sido a terceira carta enviada pelo controlador em apenas seis meses. Em julho de 2023, ele havia alertado que sobre a “deterioração da situação de liquidez do orçamento regular que exige restrições temporárias de contratação e gastos para evitar uma interrupção, até outubro de 2023, no pagamento de salários e direitos e outras obrigações legais com terceiros”.

”No final de junho, restavam pendentes US\$ 1,52 bilhão de contribuições orçamentárias regulares; para contextualizar, as contribuições de 2023 eram de US\$ 2,99 bilhões, e começamos o ano com US\$ 329,7 milhões em atraso”, explicou.

”Com base nas entradas e saídas de caixa projetadas nesse estágio, temos um risco real de que nossas reservas de liquidez do orçamento regular se esgotem, e podemos correr o risco de até mesmo esgotar o excedente de caixa que a Assembleia Geral nos autorizou a usar excepcionalmente, se necessário”, disse.

Naquele momento, diante da “piora da situação de liquidez e para minimizar o risco de não conseguir pagar salários ou liquidar obrigações legais”, o Secretário-Geral, António Guterres, determinou a suspensão temporária das contratações para cargos financiados pelo orçamento regular, inclusive para missões políticas especiais.

Outra medida adotada foi a imposição de bloqueios de fundos. No dia 6 de outubro de 2023, em outra carta, o mesmo controlador daria a notícia aos departamentos de que a crise não tinha conseguido ser contornada. “Nossa situação de liquidez não melhorou. No final de setembro, as arrecadações estavam aquém das estimativas em US\$ 216 milhões”, alertou.

“Coletamos apenas cerca de 64% das avaliações do ano, a menor nos últimos cinco anos”, disse.

Em Genebra, a tradução da carta foi logo sentida. A sede das Nações Unidas foi fechada para economizar recursos e desligou aquecimento em pleno inverno europeu entre os dias 20 de dezembro de 2023 e meados de janeiro de 2024, sem que o prédio recebesse funcionários.

Em plena crise no Sudão, Gaza, Ucrânia, Mianmar e tantos outros cantos do planeta, o centro nevrálgico de todo o trabalho humanitário e de direitos humanos viu seus funcionários obrigados a trabalharem de casa.

De fato, medidas para economizar energia começaram a ser adotadas desde outubro de 2023 e foram justificadas como “ações para garantir a continuidade de nossas atividades obrigatórias de apoio à paz, aos direitos e ao bem-estar”. Em outras palavras, para garantir que houvesse dinheiro para os programas pelo mundo, a burocracia teria de ser repensada.

As medidas incluíam o desligamento das escadas rolantes e a redução da iluminação externa. Em dezembro daquele ano, um cartaz colocado ao lado de uma das escadas rolantes avisava a embaixadores e ministros que o desligamento ocorria “por restrições orçamentárias”. “Pedimos desculpas pelo inconveniente”, completava.

Apesar da necessidade de mudar a matriz energética do mundo, a ONU decidiu fechar todas as estações de recarga de carros elétricos no estacionamento, até segunda ordem. A entidade ainda anunciou que iria adiar a decisão de ligar o aquecimento do prédio. Foi decidido que o máximo de temperatura seria de 20,5°C. Numa das salas, uma placa avisava aos embaixadores que a temperatura estaria mais baixa, em razão do racionamento de gastos.

Fragilizada financeiramente, a ONU apoiava-se em sua capacidade de representar uma espécie de bússola moral da humanidade para continuar relevante. Mas, nas horas que se seguiram aos ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro de 2023, um terremoto de grandes proporções abalou as estruturas da instituição.

A ONU apressou-se em condenar o Hamas. Mas, desde o começo, sabia que aquele ato poderia desestabilizar a política internacional. O que se viu nos bastidores foi uma guerra paralela às bombas que estavam sendo jogadas sobre Gaza, num embate travado entre o governo de Israel, potências, governos árabes e atores envolvidos direta e indiretamente no Oriente Médio.

O governo israelense, ainda que chancelado em seu direito de defesa, foi alertado por canais extraoficiais a não repetir a estratégia de George W. Bush, depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, travando uma guerra contra o mundo muçulmano.

Ficaria imediatamente escancarado que, num momento de transição do poder no mundo e com uma ONU esvaziada, não haveria intenção por parte de Israel de levar em consideração o direito internacional ou as resoluções internacionais.

O centro da polêmica passou a ser o colapso do Conselho de Segurança diante da pressão por uma resposta. Assim que a ofensiva israelense começou sobre Gaza e as mortes começaram a ser contadas às centenas por dia, ficou evidente que a questão deveria entrar na agenda do órgão máximo do sistema de segurança coletiva no mundo. Naquele momento, o Brasil ocupava a presidência rotativa do Conselho e recebeu um alerta claro por parte da diplomacia de Joe Biden: não envolva a ONU na resposta de Israel aos ataques terroristas que sofreu.

Ainda assim, a opção do Itamaraty foi por continuar trabalhando e buscar uma maneira de que o Conselho de Segurança se mostrasse presente. Em reuniões longe da imprensa e fechadas até mesmo para os demais membros da ONU, o Brasil tentou desenhar um texto que pudesse ser aceito pelo governo americano. A ideia de um cessar-fogo foi substituído apenas por uma proposta de pausa humanitária.

O que estava em jogo não era apenas a população de Gaza ou os reféns israelenses. O temor era de que, de mãos amarradas, a ONU não conseguiria levantar-se de novo.

Mas, quando o texto brasileiro foi à votação, a imagem da mão levantada da delegação americana vetando o projeto revelou o que a Casa Branca estava disposta a fazer para blindar seu aliado israelense da pressão internacional. Naquele momento, em meados de outubro de 2023, existiam 3,2 mil mortos em Gaza. No momento em que este artigo foi escrito, no final de março de 2024, já eram mais de 31 mil vítimas fatais.

Oficialmente, o argumento americano era de que a diplomacia não deveria ser pública e que negociações sigilosas iriam estabelecer os termos do final do conflito. Mas, à medida que os corpos iam-se amontoando e que a crise humanitária ganhava uma dimensão sem precedentes por sua velocidade, embaixadores brasileiros passaram a questionar abertamente a justificativa dada pela Casa Branca.

Houve ainda uma tentativa de driblar o veto americano, levando o caso para a Assembleia Geral da ONU. Ali, bastaria uma aprovação pela maioria dos países para garantir que uma resolução pedindo um cessar-fogo fosse sacramentada. Mas, no caso do órgão da ONU, suas resoluções têm um caráter não vinculante. Israel, assim, ignorou solenemente a aprovação do documento.

Sob os escombros de Gaza também ficou a reputação da Corte Internacional de Justiça. O órgão, depois de uma queixa firmada pela África do Sul contra Israel, determinou que Israel tomasse “todas as medidas” para impedir que um genocídio ocorresse contra palestinos na Faixa de Gaza. A decisão exigia que Israel permitisse que a ajuda humanitária entrasse na região, que a destruição de casas e infraestrutura civil fosse evitada e que ataques contra a população não ocorressem.

Os juízes também pediram que o Hamas liberasse os reféns israelenses e insistiram que todos devem estar submetidos ao direito internacional. A corte ainda determinou que:

Israel deve tomar medidas imediatas e eficazes para permitir o fornecimento de serviços básicos urgentemente necessários e assistência humanitária na Faixa de Gaza.

Israel deve tomar medidas para prevenir e punir o incitamento direto ao genocídio na Faixa de Gaza.

Israel deve informar ao tribunal, no prazo de um mês, o que está fazendo para cumprir a ordem de tomar todas as medidas ao seu alcance para evitar atos de genocídio em Gaza.

A decisão cria obrigações legais internacionais para Israel.

Israel deve garantir, imediatamente, que seus militares não cometam nenhum ato descrito como genocídio;

Israel deve tomar medidas efetivas para prevenir a destruição e garantir a preservação de evidências relacionadas a atos de genocídio contra palestinos em Gaza.

Israel ainda ficava proibido de causar danos corporais ou mentais graves aos membros do grupo sob ameaça, incluindo matar membros do grupo, infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar sua destruição física total ou parcial; e impor medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo.

Ainda que um cessar-fogo não tenha sido pedido, a decisão da corte foi recebida por diplomatas e advogados como um sinal de que Haia considerava que existia base para temer um genocídio e que uma proteção era urgente. Para uma parcela dos observadores internacionais, tratava-se de uma derrota para a versão adotada por governos europeus, americano e de Israel de que não existia risco de genocídio.

Uma vez mais, o que se viu foi uma ofensiva para ignorar qualquer compromisso com a Corte. Minutos após o anúncio das medidas adotadas por Haia, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse que seu governo continuaria “a fazer tudo o que for necessário” para se defender.

A era da impunidade ganhava contornos evidentes, com a cumplicidade de aliados, vendedores de armas e cálculos político.

A resposta de Israel veio ainda na forma de uma campanha orquestrada para não só ignorar a Corte em Haia, mas também colocar uma dúvida sobre o próprio papel da ONU. Horas antes do anúncio das medidas legais contra Israel, o governo de Netanyahu anunciou que apresentara suspeitas de que doze funcionários da UNRWA, a Agência da ONU para Refugiados Palestinos, foram cúmplices dos ataques do Hamas.

Imediatamente, doadores suspenderam suas contribuições, ampliando o desespero de 2,2 milhões de palestinos na Faixa de Gaza e barrando o repasse de mais de US\$ 400 milhões. A ONU abriu investigações e demitiu os funcionários acusados. Mas nada disso foi suficiente para convencer alguns dos grandes doadores a voltar a financiar a agência. Quatro semanas depois, a ONU informou que o governo de Israel ainda não havia apresentado todas as evidências e novas provas de suas acusações, causando consternação interna na organização.

A acusação era apenas parte de uma ofensiva maior. Um documento enviado pela chefia da agência para o presidente da Assembleia Geral da ONU, Dennis Francis, revelou a dimensão da crise que existia entre o governo de Israel e a entidade internacional.

Assinada pelo suíço Philippe Lazzarini, no dia 22 de fevereiro de 2024, a carta tenta conscientizar as potências e a cúpula da ONU sobre o fato de que haveria uma tentativa deliberada de inviabilizar o socorro humanitário aos palestinos em Gaza.

Segundo Lazzarini, as seguintes medidas foram ainda tomadas para desmobilizar a agência internacional:

A Autoridade Fundiária Israelense exigiu que a UNRWA desocupasse seu Centro de Treinamento Vocacional de Kalandia em Jerusalém Oriental, cedido pela Jordânia em 1952, e que pagasse uma “taxa de uso” de mais de US\$ 4,5 milhões.

O vice-prefeito de Jerusalém tomou medidas para expulsar a UNRWA da sede que ocupava há sete décadas, em Jerusalém Oriental.

Os vistos para a maioria dos funcionários internacionais, inclusive os de Gaza, foram limitados a um ou dois meses.

O Ministro da Fazenda de Israel declarou que revogaria os privilégios de isenção fiscal da UNRWA.

As autoridades alfandegárias suspenderam o envio de mercadorias da UNRWA.

Um banco israelense bloqueou uma conta da UNRWA.

Centenas de funcionários locais da UNRWA não tiveram acesso a Jerusalém desde outubro para chegar à sede da UNRWA, às escolas e aos centros de saúde.

Um projeto de lei foi apresentado no Knesset para excluir a UNRWA dos privilégios e imunidades da ONU.

Um segundo projeto de lei tenta impedir qualquer atividade da UNRWA em território israelense, o que limitaria o atendimento aos palestinos em Jerusalém e, eventualmente, em Gaza.

Em 31 de janeiro de 2024, o primeiro-ministro disse que a UNRWA estava “a serviço do Hamas”, enquanto muitas autoridades israelenses pediram que os doadores deixassem de financiar a UNRWA.

Segundo a carta, desde a decisão da Corte em Haia, “houve um esforço conjunto de algumas autoridades israelenses para confundir enganosamente a UNRWA com o Hamas, para interromper as operações da UNRWA e para pedir o desmantelamento da Agência”.

”Essas ações e declarações prejudicam as operações da UNRWA, criam riscos à segurança da equipe e obstruem o mandato da Assembleia Geral da Agência”, disse o chefe da UNRWA.

Ele ainda concluiu a carta com um aviso: “Temo que estejamos à beira de um desastre monumental com graves implicações para a paz regional, a segurança e os direitos humanos”.

Enquanto os corpos se acumulavam, a realidade era que a ONU vivia uma crise existencial. Do lado de Netanyahu, era dito abertamente que o objetivo era o de fechar as atividades da UNRWA, enquanto potências faziam seus cálculos geopolíticos para determinar como responderiam à crise.

Aquele não era o primeiro ataque que as Nações Unidas sofriam desde a eclosão do confronto em Gaza. Nos bastidores, a guerra ganhou um outro significado e parte da operação exigia desacreditar e silenciar a ONU como um interlocutor válido.

Nos primeiros dias do conflito, o alvo já havia sido o alto comissário da ONU para Direitos Humanos, Volker Türk. Em 10 de outubro de 2023, o representante da entidade fez um apelo para que Netanyahu cumprisse com as regras internacionais e não atacasse civis, alertando que o cerco contra Gaza poderia constituir um crime de guerra. No mesmo discurso, ele condenava a ação do Hamas e pedia a liberação dos reféns.

”Estamos enfrentando uma situação explosiva de barril de pólvora. Sabemos como isso acontece, repetidamente - a perda de vidas israelenses e palestinas, e o sofrimento incalculável infligido a ambas as comunidades”, disse Türk. O alto comissário ainda afirmou estar “profundamente chocado e estarecido com as alegações de execuções sumárias de civis e, em alguns casos, horríveis assassinatos em massa por membros de grupos armados palestinos”.

”É horrível e profundamente angustiante ver imagens de pessoas capturadas por grupos armados palestinos sendo maltratadas, bem como relatos de assassinatos e profanação de seus corpos”, disse ele. “Os civis nunca devem ser usados como moeda de troca”.

Horas depois, a diplomacia de Israel emitiu um comunicado com uma dura resposta, exigindo que as cobranças fossem direcionadas apenas aos palestinos. Ali, estava claro que a relação entre a ONU e Tel Aviv seria tensa.

Semanas depois, Israel pediu a demissão do próprio secretário-geral da ONU, António Guterres. O português havia declarado que os ataques do Hamas “não aconteciam num vácuo”.

Nos corredores e salas de reunião da ONU, o sentimento foi de indignação e constatação de impotência. Atacada, a instituição não conseguia fazer ouvir seus apelos. Foi rejeitada como parte da negociação para um acordo e debatia-se internamente sobre como qualificar o que estava ocorrendo em Gaza.

Uma fresta dessa frustração ficou evidenciada com o vazamento de uma carta de despedida de um alto funcionário que, ao deixar seu cargo e se aposentar da ONU, trouxe à tona o mal-estar.

Craig Mokhiber era o diretor do escritório em Nova York do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. Seu desabafo ao escrever ao seu chefe, o austríaco Volker Türk, foi em tom de indignação e de alerta.

“Mais uma vez, estamos vendo um genocídio desenrolar-se diante de nossos olhos, e a Organização a que servimos parece impotente para impedi-lo”, escreveu.

“O mundo está assistindo. Todos nós seremos responsáveis por nossa posição neste momento crucial da história”, alertou, ao se despedir. Parte de sua crítica refere-se ao fato de a ONU ter sucumbido às pressões políticas. “Nas últimas décadas, partes importantes da ONU renderam-se ao poder dos EUA e ao medo do lobby de Israel, abandonando esses princípios e afastando-se do próprio direito internacional”, disse.

“Trabalhei nesses corredores durante os genocídios contra os tutsis, os muçulmanos bósnios, os yazidis e os rohingyas. Em todos os casos, quando a poeira baixou sobre os horrores perpetrados contra populações civis indefesas, ficou dolorosamente claro que havíamos falhado em nosso dever de cumprir os imperativos de prevenção de atrocidades em massa, de proteção dos vulneráveis e de responsabilização dos perpetradores”, escreveu.

“E assim tem sido com as sucessivas ondas de assassinato e perseguição contra os palestinos durante toda a existência da ONU”, disse. “Alto Comissário, estamos falhando novamente”, escreveu ao seu chefe, o austríaco Volker Türk.

“Sei bem que o conceito de genocídio tem sido frequentemente sujeito a abusos políticos. Mas o atual massacre em massa do povo palestino, enraizado em uma ideologia colonial de colonos etnonacionalistas, na continuação de décadas de perseguição e expurgo sistemáticos, com base inteiramente em sua condição de árabes, e associado a declarações explícitas de intenção por parte dos líderes do governo e das forças armadas israelenses, não deixa espaço para dúvidas ou debates”, insistiu.

“Em Gaza, casas de civis, escolas, igrejas, mesquitas e instituições médicas são atacadas arbitrariamente e milhares de civis são massacrados. Na Cisjordânia, incluindo a Jerusalém ocupada, as casas são confiscadas e reatribuídas com base inteiramente na raça, e violentos pogroms de colonos são acompanhados por unidades militares israelenses. Em todo o país, o Apartheid impera”, alertou.

“Esse é um caso exemplar de genocídio. O projeto colonial europeu, etnonacionalista e de colonos na Palestina entrou em sua fase final, rumo à destruição acelerada dos últimos remanescentes da vida indígena palestina na Palestina”, afirmou.

No texto, ele ainda acusou: “os governos dos Estados Unidos, do Reino Unido e de grande parte da Europa são totalmente cúmplices desse terrível ataque”. Esses governos estão “ativamente armando o ataque, fornecendo apoio econômico e de inteligência e dando cobertura política e diplomática para as atrocidades de Israel”.

O diretor também denunciou a imprensa ocidental que estaria “desumanizando continuamente os palestinos para facilitar o genocídio e transmitindo propaganda de guerra e defesa do ódio nacional, racial ou religioso que constitui incitação à discriminação, hostilidade e violência”.

“As empresas de mídia social sediadas nos EUA estão suprimindo as vozes dos defensores dos direitos humanos enquanto amplificam a propaganda pró-Israel. Os controladores on-line do lobby de Israel e os GONGS estão assediando e difamando os defensores dos direitos humanos, e as universidades e os empregadores ocidentais estão colaborando com eles para punir aqueles que ousam se manifestar contra as atrocidades”, denunciou.

“Na esteira desse genocídio, esses atores também devem prestar contas, assim como aconteceu com a rádio Milles Collines em Ruanda”, alertou.

O texto não poupou ninguém e lançou uma cobrança sobre a ONU. “Nessas circunstâncias, as demandas de nossa organização por ações eficazes e baseadas em princípios são maiores do que nunca. Mas não vencemos o desafio. O Conselho de Segurança, com poder de proteção e aplicação, foi novamente bloqueado pela intransigência dos EUA”, alertou.

Para ele, “o mantra da “solução de dois Estados” tornou-se uma piada aberta nos corredores da ONU, tanto por sua total impossibilidade de fato, quanto por sua total incapacidade de levar em conta os direitos humanos inalienáveis do povo palestino”.

O desabafo era total. “Vim para esta Organização pela primeira vez na década de 1980, porque encontrei nela uma instituição baseada em princípios e normas, que estava totalmente do lado dos direitos humanos, inclusive nos casos em que os poderosos EUA, Reino Unido e Europa não estavam do nosso lado”, afirmou.

“Enquanto meu próprio governo, suas instituições subsidiárias e grande parte da mídia dos EUA ainda apoiavam ou justificavam o *apartheid* sul-africano, a opressão israelense e os esquadrões da morte da América Central, a ONU estava defendendo os povos oprimidos dessas terras. Tínhamos o direito internacional do nosso lado. Tínhamos os direitos humanos do nosso lado. Tínhamos os princípios do nosso lado. Nossa autoridade estava enraizada em nossa integridade. Mas não mais”, lamentou.

Internamente, a constatação era uma só: Gaza havia exposto a falência do sistema e a incapacidade de o direito internacional ser a base da relação entre os estados.

Em Gaza, os corpos das crianças são os reflexos de um fracasso internacional. Os olhos de pavor, os rostos empoeirados e trêmulos são espelhos da desfiguração de referências de um mundo hipócrita. São elas que nos escancaram a verdade. A régua que nos mede.

Relatos vindos de Gaza apontam como amputações estão sendo feitas sem anestésias, enquanto suas pernas, ainda pequenas, são guardadas em caixas de sapatos. Os gritos ecoam por salões esvaziados da diplomacia internacional, incapaz -- ou desinteressada -- de lhes prestar socorro.

Elas foram abandonados. Nem mesmo a aprovação de uma resolução no Conselho de Segurança da ONU é capaz de frear a violência. Quando alguns líderes se mostram abalados diante da morte de uma criança em Gaza a cada dez minutos, optam por uma indignação seletiva. Esquecem, de forma conveniente, que elas já nasceram distópicas. Nasceram sem um país, presos num território que é o corpo da disputa pelo poder. Chegaram ao mundo asfixiados por uma história da qual jamais participaram. São os órfãos da promessa de paz e herdeiros do legado do colonialismo.

Apesar de serem os emissários a uma era que a atual geração não verá, nasceram sem futuro. E, nos ombros, carregam um passado violentado. Onde estavam os líderes quando as fronteiras foram fechadas há quase duas décadas, e elas passaram a ser proibidas de caminhar em direção ao horizonte?

Onde estavam as potências quando era evidente o fracasso das instituições internacionais, responsáveis por sua proteção?

Onde estavam elas enquanto o extremismo ganhava raízes?

Onde estavam os arautos do mundo livre enquanto as sombras dos muros encobriam sonhos?

A construção de um cemitério para crianças não é apenas o resultado de danos colaterais de um conflito armado. É parte de uma estratégia para quebrar o moral e o espírito de uma resistência.

Entre as crianças que sobreviveram, o pesadelo não termina quando abrem os olhos depois da explosão de mais um míssil. Esta guerra inaugurou uma nova classificação de vítimas: as Crianças Feridas Sem Família Sobrevivente, ou CFSFS. Uma sigla que poderia ser traduzida pela palavra crueldade.

Na verdade, dessas crianças foi arrancado o verdadeiro sentido de lar.

Hoje, ao redor de vocês está ocorrendo o maior êxodo de palestinos desde 1948. Um rio de seres humanos desumanizados pela guerra. Caminham para onde?

Ao redor do mundo, milhões de menores vivem em locais impactados por conflitos armados ou terrorismo. Em algumas regiões, um conflito percorre toda a infância de uma geração. Na Libéria, a guerra civil, entre 1989 e 2004, causou um trauma generalizado.

Em Ruanda, há quase 20 anos, vi como perambulavam sem destino pelas ruas milhares de órfãos de pais que morreram no genocídio. Outros sobreviventes foram levados como escravos domésticos, com a população Hutu, que fugiu do país para territórios vizinhos.

Em Genebra, numa das ruas que dá acesso às Nações Unidas, dois memoriais foram erguidos para marcar as vítimas dos genocídios de Ruanda e da Bósnia. O espaço para as crianças de Gaza já parece estar reservado.

Quantos outros memoriais os cúmplices desses crimes vão cinicamente erguer em homenagens às irmãs e aos irmãos dessas crianças?

Em Gaza, em 2023, a nossa própria humanidade é também soterrada nos escombros, a cada morte de uma criança. A utopia da paz enterrada em valas comuns. Nos epitáfios desses inocentes, a constatação do fracasso da Justiça internacional.

Se a análise de que a estrutura já não era revelante antes mesmo dos confrontos no Oriente Médio, a crise humanitária ampliou rapidamente o apoio para que uma reforma fosse pensada.

A grande dificuldade, porém, é que a pressão por uma mudança ocorre justamente num momento em que a desconfiança e a ruptura de qualquer diálogo prevalecem entre as principais potências. E isso tudo ficou evidenciado quando, em março de 2024, o G4 - grupo formado por Brasil, Índia, Japão e Alemanha - apresentou sua proposta sobre como deveria ser o novo Conselho de Segurança da ONU.

Pelo projeto, o órgão passaria a ter um total de 25 ou 26 membros, onze a mais que o atual formato. O veto, hoje usado para impedir decisões, não seria usado por um período de 15 anos pelos novos membros.

A escolha dos novos membros seria feita por uma eleição, ampliando o órgão que já conta com EUA, França, Reino Unido, China e Rússia como membros permanentes.

A nova proposta prevê seis novos membros permanentes, que devem ser eleitos pela Assembleia Geral da ONU. A composição da expansão incluiria:

- 2 países da África
- 2 países da Ásia
- 1 país latino-americano
- 1 país do Grupo Ocidental

O projeto ainda prevê 4 ou 5 novos membros não permanentes. Isso inclui:

- 1 ou 2 países africanos
- 1 país asiático
- 1 país do Leste Europeu
- 1 país latino-americano

Ao defender a reforma, o embaixador do Brasil na ONU, Sergio Danese, indicou que a mera existência de uma reunião para debater o projeto já era “claramente um passo à frente, permitindo discussões mais concretas e focadas, após 30 anos de debates ociosos”.

”O Modelo G4 representa uma tentativa do Grupo de propor parâmetros para uma reforma abrangente e real que leve a um Conselho mais eficaz e legítimo. O modelo do G4 visa corrigir o desequilíbrio fundamental dentro do Conselho, associado à falta de representatividade na categoria de membros permanentes”, defendeu.

Segundo ele, a sub-representação dos países em desenvolvimento - especialmente da África, da América Latina e do Caribe - entre os membros permanentes “prejudica de forma crítica a eficácia e a legitimidade do Conselho”.

Para Danese, “nenhuma reforma será realmente transformadora a menos que busque reequilibrar a composição” de membros permanentes e não permanentes.

Segundo ele, duas perguntas foram feitas pelo grupo:

Quem se beneficia de um Conselho cuja estrutura de poder permanece concentrada em um punhado de países que não são representativos dos membros em geral?

Essa estrutura pode continuar a funcionar de forma eficaz nos próximos anos, considerando os crescentes desafios enfrentados pelo Conselho e sua incapacidade de responder a eles?

“As respostas são claras: a atual estrutura de poder não ajuda o Conselho a cumprir sua responsabilidade principal; a situação atual é insustentável. Todos nós sabemos o preço da inação contínua: segurança coletiva mais fraca; maiores desafios ao multilateralismo e descrédito para toda a Organização das Nações Unidas, da qual o Conselho, para a maioria das pessoas, é a principal face e identidade. Sem reforma, a crise só vai piorar”, alertou.

De acordo com ele, o principal benefício de um Conselho verdadeiramente reformado também é claro: “uma capacidade muito maior de lidar de forma eficaz e legítima com os graves desafios de segurança que o mundo enfrenta”.

“No entanto, esse benefício só virá com mudanças reais, e não com reformas cosméticas, como aumentar apenas o número de membros não permanentes. O que precisamos é de uma reforma verdadeira, não de uma reforma aparente”, completou.

Imediatamente, porém, o projeto foi alvo de ataques, tanto da parte de grandes potências como de economias emergentes. O governo russo, por exemplo, avisou que era contra a proposta e alertou que a expansão sugerida pelo grupo tornaria o Conselho ainda menos eficiente e até “paralisá-lo por completo”. Para o Kremlin, nenhuma expansão pode ter mais de 20 países. “Não podemos apoiar uma expansão para 25 ou 26 países”, disse a delegação russa na ONU.

Os russos admitem que podem aceitar a entrada do Brasil e Índia. Mas que não daria o sinal verde para mais uma vaga para uma potência ocidental, num recado para a Alemanha.

O governo da China também deixou claro que não apoiava o modelo apresentado. Pequim afirmou que a ideia era “completamente mal orientada” e que apenas iria ampliar o desequilíbrio entre as grandes potências e o resto do mundo. Segundo os chineses, o Conselho da ONU não pode ser um “clube dos grandes países” e deve haver espaço para países médios e pequenos.

O veto chinês tinha como objetivo impedir a entrada da Índia e do Japão - seus principais rivais regionais - no Conselho.

Mas não foram apenas as superpotências que questionaram o projeto. Os países africanos questionaram a ideia de abrir mão do veto por 15 anos, já que os demais membros permanentes continuariam a usar esse poder.

A Itália, falando em nome da Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Malta, México, Espanha e Turquia, também criticou o projeto brasileiro e do G4.

Para o Paquistão, que é contra a entrada da Índia, a proposta vai “no caminho errado” ao propor que a escolha dos novos membros do Conselho seja feita por meio de uma votação na Assembleia Geral da ONU. “Que democracia vota em alguém para um cargo permanente?”, diz.

O governo do México também questionou: “que garantia existe de que um país vai representar de fato sua região?” Na avaliação deles, a expansão apenas “perpetua uma estrutura que gera paralisia”.

Mesmo nos Brics, bloco criado para confrontar a estrutura de poder e mudar o *status quo*, a reforma do sistema internacional vem gerando crise. Em setembro de 2024, à margem da Assembleia Geral da ONU, a reunião ministerial do Brics terminou, pela primeira vez, sem a adoção de um comunicado final conjunto, numa sinalização explícita das dificuldades do bloco diante de sua expansão de encontrar um consenso sobre o Conselho de Segurança.

Ainda em 2023, quando o Brics foi alvo de uma expansão, o Itamaraty demonstrou preocupação sobre o que isso poderia significar para a coesão do bloco. Também havia o temor de que, com novos membros, houvesse um bloqueio ainda maior sobre uma posição conjunta em temas como a reforma do Conselho.

Por isso, o Brasil negociou como critério para adesão a aceitação por parte dos novos membros que teriam de apoiar a expansão do órgão com a inclusão explícita de Brasil, Índia e África do Sul como candidatas.

Essa garantia de apoiar as ambições do Brasil foi a moeda de troca que o Itamaraty estabeleceu: aceitaria a entrada de novos membros, com a condição de que todos assinassem a reivindicação brasileira por uma vaga permanente.

Naquele momento, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã passaram a fazer parte do bloco, além dos sauditas que ainda avaliam a adesão.

Mas, em Nova York, Egito e Etiópia rejeitaram apoiar o documento da reunião que, mais uma vez, citava as aspirações do Brasil e de seus aliados para a entrada no Conselho.

O Brasil, ao lado da Índia, argumentou que esses eram os critérios para a adesão ao bloco e que, portanto, esses novos países não poderiam, agora, se dissociar ou rejeitar esse trecho do texto.

O chanceler russo, Sergei Lavrov, sugeriu uma linguagem que apenas citasse a intenção de “países do Brics” para entrar no Conselho. O governo indiano não aceitou e, de forma abrupta, o representante de Vladimir Putin levantou-se e deixou a sala. O encontro estava encerrado, sem acordo.

Coube ainda ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um gesto ousado - e arriscado - durante a Assembleia Geral da ONU de 2024: sugerir a convocação de uma espécie de “constituente” para redigir uma nova Carta das Nações Unidas. Para isso, precisaria do apoio de dois terços dos membros e anos - ou décadas - de negociação.

Governos em todas as partes do mundo sabem que a atual estrutura que sacramentou as relações de poder após a vitória dos Aliados em 1945 não condiz mais com a realidade do século 21. Mas divididos, em guerra e na busca por se reposicionar como protagonistas de uma nova

ordem mundial, os principais atores internacionais vivem a encruzilhada de ter de reconstruir as estruturas da governança global ou abrir uma era na qual as regras que moldaram o mundo pós Segunda Guerra Mundial deixam de existir na prática.

A guerra em Gaza mostrou que o rei estava nu. Se as bombas mataram crianças e inocentes, se o Hamas transformou vidas humanas em instrumentos de barganha política, a impotência do direito internacional, das instituições em Nova York, Haia ou Genebra escancaram uma crise existencial nos órgãos que representavam a esperança da tradução de utopias em realidades.

Sob os escombros da prédios de Gaza está também a própria estrutura de poder na ONU. Resta saber com qual credibilidade ela ainda será resgatada. A explosão pode ter sido fatal.

Citação/Citation: Chade, J. (2024). *Sob os escombros de Gaza. Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. esp.), pp. 147-158.

Recebido em: 01/11/2024
Aprovado em: 11/12/2024